

PROJETO DE LEI Nº        DE 2015.  
(Do Sr. Celso Jacob)

Dá nova redação ao inciso VIII do art. 231 da Lei nº  
9.503, de 23 de setembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º- Dê-se ao inciso VIII do art. 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a seguinte redação:

Art. 231- Transitar com o veículo

VIII- efetuando transporte remunerado de pessoas ou bens, quando não for licenciado para esse fim, salvo casos de força maior ou com a permissão da autoridade competente:

Infração- média;

Medida administrativa- a apreensão do veículo de passageiro podendo ainda desemplacar todos os veículos coletivos de passageiros em situação irregular, não cadastrados ou não autorizados pelos órgãos competentes ao exercício da atividade, bem como em desacordo com as exigências da respectiva permissão ou concessão, caso existam.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Com a atual crise no setor de transportes públicos, o que mais vemos, principalmente nos grandes centros, são transportes irregulares de passageiros, colocando em risco não apenas a vida daqueles que se aventuram no transporte pirata, mas também de outros transientes das vias, muitos causam acidentes, e desaparecem com a chegada da fiscalização por estarem totalmente ilegais na prestação desse serviço.

Conferir tratamento diferenciado em razão do tipo de veículo particular ou coletivo sem o devido cadastramento pelo poder concedente, ou das diversas legislações estaduais conflitantes com o Código de Trânsito Brasileiro, seria a total violação do princípio da impessoalidade, haja visto que a administração deve tratar a todos os administrados sem discriminação.

Conceder portanto, a alguns o direito de transportar passageiros por valor previamente estipulado, sem a devida autorização e/ou concessão do órgão responsável, é violar o Código de Trânsito em vigor e mais, é conceder a autorização para o condutor do dito veículo seja o responsável por eventuais acidentes que venham a ocorrer, sem qualquer ingerência do poder público.

Estamos certos de que alterar a medida administrativa de apreensão para a retenção do veículo, como mecanismo de dar mais segurança jurídica e de aproximar o legislador ao usuário do serviço de transporte, evitando assim o retorno às vias públicas daquele coletivo sem a devida autorização/permissão. Além disso, a medida tem o valor simbólico de constituir o reconhecimento oficial dessa manifestação como parte daquele que se interesse em ajudar o setor de transporte, merecedora de fomento e de apoio do poder público.

Sala das Sessões, em            de agosto de 2015.

Deputado Celso Jacob  
PMDB/RJ.